

*MESA REDONDA*

IMPRESSÕES, MEMÓRIAS E REGISTROS DOS 25 ANOS DA PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA EM CAMPINA GRANDE

*PANEL:*

IMPRESSIONS, MEMORIES AND REMARKABLE POINTS OF THE 25 YEARS  
OF POST-GRADUATION IN SOCIOLOGY IN CAMPINA GRANDE

Os convidados dessa mesa redonda coordenada por Márcio Caniello, os professores Josefa Salete Cavalcanti, Regina Novaes, Ghislaine Duqué e Edgard Malagodi, então coordenador do PPGS-UFCG, foram escolhidos pela significância de suas atuações na construção e dinâmica da pós-graduação em Sociologia no âmbito de Campina Grande, Paraíba. É claro que não pretenderam, com seus depoimentos, esgotar o tema e estabelecer versões fechadas dos processos vividos, ainda mais que não tiveram tempo de consultar os arquivos formais, baseando-se em grande medida, nos passeios feitos nos arquivos da memória pessoal. A convocação que receberam foi para que falassem de suas experiências pessoais na Pós-Graduação em Sociologia em Campina Grande, destacando um ou mais aspectos considerados relevantes. O resultado, que o leitor de Raízes poderá conferir, não é apenas um desfile de depoimentos, experiências de fundo pessoal, mas um olhar quadridimensional de uma experiência única no Nordeste, e que contribuiu muito para a consciência que se tem hoje sobre a questão agrária no país. Os depoentes ocuparam posições chaves e pertencem a esta história. Mas antes de querer apresentar um rosário de lembranças saudosas, procuraram encaixar os fatos no espírito da época, ou melhor, em um espírito que procurou brechas para o novo em uma época ainda muito resistente em relação a iniciativas de rever suas categorias e seus valores<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A edição do texto final dos depoimentos, colhidos oralmente, foi feita por Lemuel Dourado Guerra, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB/UFCG.

## “QUEBRANDO LANÇAS”, PARA RESPONDER AOS DESAFIOS DO TEMPO!

Josefa Salette B. Cavalcanti

*Professora do PPGS-UFPE*

Estou feliz de participar deste momento de comemoração. Celebramos uma história longa e de sucesso e é muito importante observar, nesse momento, o carinho que os atuais participantes do programa têm com sua história. Agora integrada com o Programa de João Pessoa em um único programa, a pós-graduação em Sociologia em Campina Grande está em uma nova fase, concretizando uma experiência e atingindo objetivos que nós tentamos realizar desde o início<sup>2</sup>.

Em minha apresentação, eu gostaria de lembrar as condições institucionais locais que permitiram a formação deste Programa de Pós-Graduação. É preciso destacar um ano importante: 1976, O professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque havia assumido a reitoria da universidade e abriu as portas também para a área de ciências sociais, embora ele mesmo fosse da área tecnológica. Neste período, quando o professor Lynaldo assumiu a direção da universidade, o campus de Campina Grande era composto pelo CCT — o Centro de Ciências e Tecnologia — que abrigava a maioria dos departamentos: Engenharia Elétrica, Civil, Física, Matemática, Computação e outros da área técnica; havia também dois outros departamentos da área de humanas: um, de Economia e Finanças e o de Ciências Sociais e Humanidades, formado então por 28 professores, das áreas de História, Sociologia e Antropologia. Nesta última área havia dois professores: Ruth Trindade de Almeida e eu, que havia chegado recentemente do curso de mestrado no Museu nacional (era a 28ª docente a entrar na lista do Departamento). Fui convidada no Reitorado do Professor Lynaldo a assumir a tarefa de chefiar o departamento, para mais tarde dar início a um curso de pós-graduação, mas naquela ocasião lhe respondi que não queria atuar como administradora e sim me dedicar ao ensino e à pesquisa. Sua resposta foi que era necessário

criar condições para produzir ciência e que essa tarefa me cabia, ao mesmo tempo em que poderia criar uma instância acadêmica na qual seria possível fazer o que estava pretendendo, contribuindo assim para o desenvolvimento regional.

Fui, então, chefe do Departamento de Ciências Sociais e Humanidades. Quando terminei meu mandato, dois anos depois, o departamento já contava com 52 professores e constituía, com os dois outros departamentos de Economia e de Letras, o que é hoje o Centro de Humanidades. Depois vieram os departamentos de Educação, História e Artes.

Um problema de grande importância precisava ser resolvido, inicialmente: criar condições de trabalho, eu já nem sei onde é que funcionava o departamento, acho que era uma salinha perto do auditório do Centro de Humanidades, foi onde trabalhei como chefe do Departamento inicialmente. Era uma sala bem pequena com poucas condições, não havia salas para professores, cada sala conseguida para o DCSH era uma conquista celebrada. Pouco a pouco, nós ocupamos o primeiro andar todo para o Departamento de Ciências Sociais.

Aquele foi um período marcado pela contratação de novos professores temporários, porque não havia vagas para contratações de professores efetivos. Em contrapartida, funcionava um programa de *Professores Colaboradores* (situação que a gente criticava na época), mas que ia permitindo a ampliação dos quadros e a contratação de docentes para atuar no novo programa de pós-graduação, inclusive estes recebiam salários melhores do que os professores efetivos. Era um programa estimulante, diferente do programa de *Professores Substitutos* de hoje, inclusive pela facilidade e “flexibilidade ideológica” com que se faziam as contratações desses *professores colaboradores*. Uma

---

<sup>2</sup> É muito difícil trabalharmos com a memória. Alguns momentos, alguns acontecimentos aparentemente não têm ligação entre si. Por exemplo, eu não me lembrava de quando a Ghislaine Duqué foi coordenadora. Agora me apercebo de que ela foi coordenadora somente de 1992 a 1996. Parece estranho, porque ela esteve sempre presente, com destacada atuação na liderança do Programa na década de 1990, e isso marcou minha memória como se ela tivesse dirigido o Programa por muito mais tempo!

prova disso é que o programa se beneficiou muito desses professores que tinham sido fichados pelo DOPS ou outros órgãos de repressão no período da Ditadura Militar, e que, por este motivo não encontravam emprego muito facilmente em outros lugares. Era uma conjuntura muito especial e nisso aí o professor Lynaldo Cavalcanti também atuou positivamente, “*quebrou lanças*”. Ele dizia: “*Tudo bem professora, a contratação desse aqui emperrou, por estar fichado no DOPS, mas a gente resolve*”. E ele resolvia mesmo!

Outra pessoa que eu gostaria de homenagear é o professor José Lopes de Andrade: geógrafo, economista, autor de *Sociologia das Secas*, ele era o “projetista da universidade”. Pois bem, foi ele junto com a professora Ruth Almeida, que me convenceram a assumir o departamento. Realmente eu não queria assumir porque eles, a maioria, tinham sido meus professores e eu estava apenas chegando. A professora Ruth Almeida assumiu a vice-chefia.

É importante dizer que não foi fácil a formação do núcleo de professores que possibilitou a emergência do Programa. Nosso projeto pressupunha a formação de um grupo de pessoas, diferente do que já havia nas universidades da região. Então, por exemplo, fui buscar egressos do PPGAS do Museu Nacional, a registrar, outro nome importante naquele momento e na história do Programa, a professora Gisélia Potengy. Como não dava para ir contratando novos quadros continuamente, pois era preciso elaborar justificativas bem consistentes e convincentes, era preciso aproveitar todas as oportunidades que surgiam. Gisélia, mestre em Antropologia, por exemplo, foi contratada junto com o professor José Grabois, que era seu marido e veio para a área de Geografia, na época, do mesmo departamento. Aproveitamos e propusemos a contratação de ambos, o que foi consumado. Tínhamos a nossa comissão para assuntos sociais, coordenada pela Professora Dorothy do Rego Azevedo que além de contribuir com o projeto do Curso de Mestrado, se ocupava também de organizar as festas de recepção para os novos professores.

Nossa proposta era compor um amplo corpo de professores qualificados para o grande programa de formação que idealizamos, estimulados pelo então Reitor, Lynaldo Cavalcanti, e começamos em seguida. Essa não foi uma tarefa fácil. É interessante compararmos com um dos programas de Pós-Graduação em Sociologia mais antigos da região e do país, o da UFPE, o qual agora coordeno. Esse programa tem hoje 35 anos, quer dizer foi formado apenas 10 anos antes do nosso! Naquele momento, havia poucos docentes qualificados para atuar na pós-gradua-

ção. Assim, fomos em busca de doutores, fora da região. Cheguei a entrar em contato, por exemplo, com Maria Isaura Pereira de Queiroz e com Florestan Fernandes. Eles mesmos não vieram, mas me indicaram vários nomes. Contatamos também o professor Roque Laraia, com quem eu havia feito estágio na UnB, que indicou os nomes dos Professores Antônio Greco Rodrigues e Gilda de Castro Rodrigues, do Curso de Mestrado em Antropologia da Universidade de Brasília. Foram igualmente consultados os Professores Roberto Da Matta, meu orientador de mestrado, Moacir Palmeira, meu professor da Disciplina Sociedades Camponesas, Afrânio Raul Garcia Júnior e Norma e Yves Challout, recentemente regressados dos Estados Unidos, dentre outros. Então trouxemos pessoas de vários lugares, com formação no Museu Nacional, na USP (campus de Piracicaba), de onde veio Maria Ignez Paulilo; do Rio Grande do Sul, veio Margot Schulze. Entre os professores estrangeiros, a primeira professora doutora que nós contratamos e que ficou um bom tempo no departamento, foi Nancy Diane Loy, doutora em Sociologia pela Universidade de Wisconsin, Madison, a qual atuou como um dos elos do intercâmbio com o Professor Archibald Haller, daquela mesma Universidade, com o nosso Programa. Contratamos também o professor Hugo Henrique Ratier, antropólogo argentino que depois foi chefe do departamento. Ele veio para organizar o curso de especialização em Museologia, o qual criamos aqui, com a colaboração da UNESCO.

Bem, para fazer isso, tínhamos que contar com certos reforços institucionais. Tínhamos um contato direto com o Reitor da época e gostaria também de ressaltar a ajuda recebida do professor Sebastião Guimarães Vieira, que naquele momento era o diretor do CCT — Centro de Ciências e Tecnologia. Para formar esse grupo, cabe aqui destacar também o nome de Vitória uma incansável colaboradora que, como secretária do Departamento, deu um grande apoio a todo esse trabalho de selecionar, contratar professores e iniciar novos cursos.

No contexto institucional do país, ocorreu algo também extremamente importante, a criação do PICD. O programa institucional de capacitação de docentes pela CAPES. Isso favoreceu o *Mestrado em Sociologia Rural*, em Campina Grande. Alguns professores do próprio departamento foram estimulados a fazer mestrado. Assim Gitana Figueiredo Lira foi fazer especialização na UFPE, e realizou o seu curso de mestrado aqui conosco; Odete Amorim foi fazer mestrado em História na UFPE; Dorothy do Rêgo Azevedo, foi para o programa de pós-graduação de Soci-

ologia da Bahia, que iniciava uma grande pesquisa sobre mulheres trabalhadoras na região, coordenada pela Professora Zaidê Machado; saíram também a professora Jovelina Brasil Dantas; os professores José Cartaxo Loureiro e Itan Pereira da Silva, para outras universidades.

Quero aqui chamar a atenção para o programa de capacitação de docentes da CAPES na formação dos primeiros doutores da instituição. Fui a primeira a sair para o doutorado, e em seguida Gisélia Potengy, depois Gian Mário Giuliani, Paola Cappelin, estes nos termos do acordo CAPES/COFECUB; depois saíram outros. Saí em 1979, para realizar doutorado na Universidade de Manchester, e concluí em julho de 1982. Nesse período, Regina Novaes, atuou como Chefe do Departamento. Os que saíram foram para as mais diversas instituições e países: Inglaterra, França, México, EUA; no Brasil, para a USP, Museu Nacional, PUC/SP etc. Nosso programa foi um dos mais bem sucedidos nacionalmente, porque a maioria das pessoas que saíram voltaram com títulos nessa nossa área, nos prazos normais previstos.

O PICD da CAPES, como também o mestrado em Sociologia da UFPB, campus de Campina Grande, contribuíram para a formação dessas pessoas que aqui se estabeleceram e depois para a formação de tantos outros. Hoje em dia eu venho encontrando muitos dos ex-alunos daqui, que são doutores e já formaram outros doutores. Acho que tem sido realmente importante o lugar que esse Programa de Pós-Graduação tem mantido nessa reprodução da comunidade acadêmica, o que lhe dá também legitimidade nacional.

Logo depois foram contratados outros professores, Marisa Braga (que depois foi formar o Departamento de História e Geografia); Albanita Guerra (depois foi para Departamento de Educação); José Cláudio Barrigueli (depois para a Federal de São Carlos); Maria Inês Paulilo, (atualmente professora da Universidade Federal de Santa Catarina). Alguns outros nomes contratados na época: Clara Germana; Antonio Rodrigues, Gilda Greco; Margot Schulze; Regina Novaes; Cristina Marin; Michel Zaidan (este, mais posteriormente), Mario Giuliani e Paola Cappelin; César e Irllys Barreira, Deolinda Ramalho. Chegaram, depois, Íbis Brandão, Ghislaine Duque e Edgard Malagodi. Todas essas foram pessoas que chegaram e que estavam por aqui mais ou menos nesse período. Vejam que estava formado um grupo bem significativo, apoiando as atividades de instalação do Curso de Mestrado.

O que nós fizemos inicialmente foi um curso de especialização em *Sociologia Rural para áreas irrigadas*, e

é interessante que esta era uma conjuntura em que os novos perímetros irrigáveis de Petrolina e o do Vale do Açu estavam sendo instalados (em 1976). Realmente havia oportunidade e recursos também! Esses recursos dos programas de modernização da agricultura nos ajudaram a instalar a proposta e a nos firmar. Nesse primeiro curso contamos com a presença do professor Moacir Palmeira, Afrânio Raul de Garcia Júnior e de outros professores. Ainda hoje encontro, por esse Brasil afora, gente que me diz: “*Professora, desde aquele programa de Sociologia Rural para áreas irrigadas consegui isso, consegui aquilo*”. Realmente fico contente pensando que essa foi uma contribuição nossa à formação de tantos profissionais para o desenvolvimento do país.

Depois desse *curso de especialização*, estávamos prontos para, no ano seguinte, começar o projeto do *Mestrado em Sociologia Rural*. Um pessoa também muito importante para esse programa foi *Charles Beylier*. , falecido em 2003. O padre Charles sustentou este programa num momento importante de sua história, que foi seu período de formação, tendo sido, pelo menos por duas vezes, coordenador do Programa. Ele foi uma pessoa que seriamente se empenhou na profissionalização e reconhecimento deste curso, cuja instalação plena durou dois anos. Com ele compartilhei, na qualidade de vice, e depois a Coordenação do Programa, de 1983 a 1987. Tive também outro mandato como coordenadora, terminado no início da década de 1990.

Outro ponto que merece destaque é o desenvolvimento institucional, isto é, a criação intramuros de outras instituições universitárias, nesse período. Por exemplo, o *Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional — NDIHR*, que integrava os *campus* de Campina Grande e o de João Pessoa. É interessante como já havia aqui essa idéia de formação e fortalecimento de núcleos de pesquisa, o que é atualmente uma das ênfases principais das instituições nacionais de administração de recursos para a pesquisa no Brasil. A primeira portaria assinada por Lynaldo Cavalcanti, como reitor, colocava a professora Rosa Godoy e também o meu nome para formar o NDIHR. Vale também citar que naquele momento tivemos o apoio da FINEP, no que se refere à infra-estrutura.

No que se relaciona com a produção de dissertações, quando assumi, com o Padre Charles Beylier, a Coordenação do Programa aqui em Campina Grande, em 1983, tínhamos uma grande preocupação em acelerar a titulação dos mestrandos. Lembro-me que fiquei encarregada desta parte. Chamava todo mundo, mandava cartinhas

lembrando que tinham que terminar as dissertações, o mais rápido possível. Nesse período, a grande preocupação era o tempo de titulação. Márcio Caniello nos informa hoje de 136 dissertações defendidas. Eu me lembro do tempo em que olhávamos para a estante e víamos quatro, cinco, seis dissertações, e dizíamos: *que maravilha!* Isso já não é mais preocupação pra ninguém, nós já provamos que o mestrado em Sociologia de Campina Grande deu certo. Pouco anos depois, tivemos um prêmio, a mestranda Benedita Cabral (hoje professora do Programa) recebeu o prêmio SOBER de melhor dissertação de Sociologia Rural do ano e da qual fui orientadora. Do mesmo modo, Aécio Cândido (hoje Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade Estadual de Mossoró) recebeu menção honrosa da SOBER por sua dissertação.

Tivemos também o início de nossa atividade na produção e editoração. Quero mencionar, durante os anos de 1984/1987, o nome do meu parceiro Gian Mario Giuliani, vice-coordenador em minha segunda gestão. Mário, como o chamamos, cuidou com muito carinho de *Raízes*, dando-lhe visibilidade e um novo *lay out*. Além da revista *Raízes*, também houve uma iniciativa importante com os *Cadernos Brasil em Debate*.

A linha de pesquisa que a gente tinha, inicialmente, era: *Poder Local e Estado nacional*; depois, nos anos 80, veio a *de Movimentos Sociais no Campo*. O Banco de Dados, que ainda existe, foi criado nos anos 80, período que marca também a grande inserção da linha de pesquisa em *Agricultura Familiar* no Programa. Fizemos aqui um grande seminário de comparação internacional sobre agricultura familiar, com o apoio e a presença de pessoas de vários lugares do mundo e de outras regiões do Brasil, em cuja equipe, da parte brasileira participavam as Professoras Ghislaine Duqué, Maria de Nazareth Wanderley e Anita Brumer.

Além do Programa CAPES/COFECUB, recebemos o apoio do CAPES/DAAD, pelo qual contamos com a participação do Professor Bernd Rabehl, hoje da Universidade Livre de Berlim; apoio da CAPES/Fulbright que permitiu a presença do Professor L. Bluhm, da *Mississippi State University*, orientador do doutorado da Professora Deolinda Ramalho. Participamos também da Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado. Realizamos junto com o campus de João Pessoa o primeiro encontro do que hoje é o Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste, cujo tema foi *Movimentos Sociais para além da dicotomia Rural/Urbano*, que deu origem às linhas de pesquisa sobre Movimentos Sociais e Relações de Trabalho, Rela-

ções de Poder. Ao final de minha permanência na UFPB, campus de Campina Grande, deixei em fase de assinatura um novo Projeto de Cooperação com a Universidade de Manitoba do Canadá.

Acho que esse programa foi capaz de forjar, durante sua existência, uma relação forte com as questões da sociedade, tendo sempre preocupações teóricas e metodológicas muito importantes, cumprindo assim a função que Wright Mills anunciava como sendo própria da Sociologia, que é de responder às necessidades do seu tempo. Desejo que o Programa consiga sobreviver e se expandir nesses tempos que não são fáceis, com tão poucos recursos, mas mesmo assim estimulantes para novos projetos.

Nas grandes universidades do mundo, dizem que as pessoas continuam pertencendo às suas universidades de origem. No meu caso, quero dizer que sou formada em Ciências Sociais por esta Universidade e que participei também como colaboradora do processo de reconhecimento do mesmo junto ao MEC, juntamente com os Professores Antônio Gomes e Letícia Camboim Lopes de Andrade Se, nos anos que passei aqui, contribuí de alguma maneira para a história desse Programa, foi nesse período que construí também parte da minha trajetória acadêmica e experiência profissional que, analisando reflexivamente, ofereceu aportes para a continuidade das minhas atividades atuais. Para concluir quero dizer que é com grande alegria que faço esses registros, revisito minhas memórias, esperando assim contribuir para a compreensão do processo de transformação do que agora se denomina *Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG*.

## MEMÓRIAS E IMAGENS DO MESTRADO EM SOCIOLOGIA DE CAMPINA GRANDE (ELEMENTOS DE UMA VERSÃO COMPROMETIDA)

Regina Reyes Novaes

*Professora da UFRJ.*

Quero inicialmente agradecer o convite para estar aqui. Comparando-me com Salete Cavalcanti e Ghislaine Duqué não fiquei tanto tempo em Campina Grande, mas o período que aqui estive foi muito importante para minha vida profissional e pessoal. Por isto, é com muita emoção que volto a Campina, participando dessa mesa redonda comemorativa dos 25 anos do Mestrado em Sociologia. Faço minhas as homenagens que Márcio Caniello fez há pouco a Ghislaine Duqué. Acho mesmo que é hora de lembrar a atuação dela aqui, como também de todas as outras pessoas mencionadas por Salete Cavalcanti que estiveram nesta mesma empreitada. Acrescentaria também o nome de João da Costa Lima, que ainda hoje está na secretaria do Programa de Pós Graduação. Ele, que também foi nosso aluno, esteve o tempo todo fazendo o *meio de campo*, aprendendo as novidades todas dos formulários CAPES/CNPq, em suas constantes mudanças, com o objetivo de viabilizar e valorizar este Programa de Pós-Graduação.

Vou dividir meu depoimento em três partes. Na primeira, gostaria de lembrar alguns aspectos do momento histórico de implantação e consolidação do Mestrado; na segunda pretendo trazer um pouco de nossa experiência de aliar ensino, pesquisa e extensão universitária e, na terceira, deixarei algumas considerações sobre as polêmicas que nos alimentavam na época. Finalmente, para concluir, ficam indagações sobre a construção da memória neste e deste Mestrado.

### ELEMENTOS PARA UM CENÁRIO CONJUNTURAL

Que tempos eram estes? Cheguei a Campina Grande em 1977. Sou da segunda leva no mapeamento delineado por Salete. Entre nós, Gisélia Potengy foi precursora, tinha vindo um pouco antes desta segunda leva que veio do Rio de Janeiro. Estou referida a um grupo, que aten-

deu a um convite do então reitor Lynaldo Cavalcanti. Este grupo vinha da Universidade federal do Rio de Janeiro, quase que integralmente da COPPE (Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Economia/UFRJ). Era formado por Maria Rita Pontes Assumpção Alves, Francisco José da Costa Alves (Chiquinho), João Otávio Paes de Barros Júnior e José Roberto Pereira Novaes, este último “meu par”. Na ocasião, eu estava terminando meu Mestrado de Antropologia no Museu Nacional e não me vinculei imediatamente à UFPB. Quando estava acabando a dissertação, Salete me convidou para integrar a Pós-Graduação em Sociologia do então *campus* II, da UFPB.

Esse período, que estamos chamando aqui de “segunda leva”, coincide com a *abertura democrática*, começava-se a falar no fim do regime militar. Foram tempos marcados pela anistia política, pelos exilados voltando e buscando retomar laços afetivos e profissionais. E coincide, também, com o começo do movimento docente ancorado nas Universidades Federais espalhadas pelo país.

Paradoxalmente, a rede de universidades federais que foi construída sob um regime militar tornou-se importante para re-inserir cidadãos brasileiros perseguidos por este mesmo regime. Como sabemos, durante o período autoritário, havia se criado no Brasil o Sistema de Pós-Graduação que modificaria as relações entre as diferentes regiões do país no campo da ciência. As Universidades Federais, ligadas entre si, criaram outras possibilidades de intercâmbios acadêmicos no interior do país e mesmo com o exterior. O próprio Lynaldo Cavalcanti é um pouco fruto deste processo, ele tinha ocupado um cargo importante no CNPq durante o regime militar, foi lá que ele travou conhecimento com vários programas de pós graduação, inclusive com a COPPE/UFRJ acima citada. Quando ele voltou à Paraíba para ser reitor, veio com uma visão do país, menos regional, mais nacional e internacional. É a partir desta visão ampla que ele atuou eficientemente para trazer pessoas para a UFPB. Lynaldo e sua equipe abri-

ram possibilidades para absorver tanto quadros recém-qualificados do sul do país, quanto os que estavam voltando, com seus títulos acadêmicos, ao Brasil pós-anistia. Um chegava da Tchecoslováquia, outro da Alemanha Oriental, outro vinha com seu doutorado no México, etc... O resultado destas aquisições foi, na época, um produto bastante revolucionário, como caracterizou Salette em seu depoimento aqui publicado.

Neste contexto, na Universidade Federal da Paraíba vivemos um clima cosmopolita, havia uma perspectiva de abertura para o universo, para o que realmente significa a palavra “universidade”. Este clima combinava com o clima do país. Afinal, naquele momento, o Brasil havia um movimento nacional pela abertura política, o modelo econômico sendo questionado e os movimentos sociais estavam interferindo na construção do espaço público.

Por outro lado, em que local estávamos? A história de Campina Grande é uma história de cruzamento de estradas, de ser terra de fronteira e lugar de passagem. A formação da cidade foi marcada por encontros da diversidade, pelas interseções econômicas e culturais. Campina viveu momentos de grande expansão econômica do algodão, seguidos de períodos de decadência. Viveu a esperança da industrialização nos anos do desenvolvimentismo e criação da SUDENE. Viveu outros tantos processos de modernização, crescimento de desigualdades sociais como todo Nordeste. Mas, em sua singularidade, cantada em prosa e versos nos Festivais de Repentistas que freqüentávamos com assiduidade quando chegamos aqui, destacava-se uma elite intelectual atuante na vida pública e na Universidade e destacava-se também um mecenato aberto para o novo, para as produções culturais. Todos sabem sobre apoios campinenses ao chamado “cinema novo”. Eu me lembro muito bem do meu próprio espanto com o número de cine clubes que funcionavam em Campina quando aqui chegamos em 1977. Assim, a própria esta cidade aparecia como um terreno social apropriado para o encontro providencial de pessoas de formações diversas, vindas de diferentes locais do país e do mundo.

Em resumo, havia um ambiente muito favorável para uma série de iniciativas acadêmicas, para que o Mestrado em Sociologia Rural respondesse uma demanda local e

regional e, também, ficasse logo conhecido por grupos atuantes de universitários vindos de outros cantos do país.

#### PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE.

O cenário delineado acima também foi favorável para as relações da Universidade com os movimentos sociais, com a chamada “Igreja da Libertação” e com o chamado “novo sindicalismo”.

Uma primeira iniciativa deve ser lembrada: trata-se do filme *O que eu conto do Sertão é isso*, realizado a partir de uma pesquisa do Departamento de Economia. Creio que, de uma certa forma, é possível dizer que o documentário está na origem ao Departamento de Artes do então *campus II* da UFPB, ao integrar o Umbelino Brasil e o Romero Azevedo que, na ocasião, não eram da Universidade. A partir desta experiência e a partir deles, iniciou-se a busca dos demais profissionais que vieram a compor o Departamento de Artes do antigo *campus II* (*Campina Grande*) da Universidade Federal da Paraíba. *O que eu conto do Sertão é isto* foi premiado no mais importante festival de documentários da época: o Festival do Jornal do Brasil. Tratando do cultivo do algodão, o filme mostra duas visões sobre uma mesma realidade: a dos trabalhadores e a dos proprietários de terra. Produzido no âmbito da Universidade, este filme expressa o início de um percurso de um grupo de professores que o exibiram e promoveram inúmeros debates em associações e sindicatos, valorizando a extensão universitária em Campina Grande.

Um dos desdobramentos desta maneira de articular pesquisa e intervenção social aconteceu em 1978, quando, junto com colegas e alunos do Mestrado de Economia e Sociologia, criamos o *Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical*<sup>3</sup>.

Como já foi dito, este era o momento em que na sociedade surgiam as oposições sindicais e a Igreja Católica se destacava através da disseminação da Teologia da Libertação, das Pastorais Sociais, das Comunidades Eclesiais de base. Impossível entrar aqui em todos os detalhes desta história<sup>4</sup>, mas cabe dizer que o *Grupo de Pesquisa e*

<sup>3</sup> Ao grupo inicial vindo do Rio de Janeiro, somaram-se posteriormente outros professores e alunos, tais como Fernando Garcia, Edgar Malagodi, Marilda Menezes, Neide Miéle, Cristina Zavaris, Dulce Cantalice, Paulo Afonso, entre outros.

<sup>4</sup> Para uma análise deste processo ver o livro *De corpo e Alma. Catolicismo e Conflitos no Campo*, editado pela Editora Graphia, em 1997, a partir de minha tese de doutoramento, defendida na Universidade de São Paulo.

*Assessoria Sindical* se articulou com organismos de Direitos Humanos, Centros de Ação ligados às Dioceses, sindicatos envolvidos com formação política, capacitação profissional, apoio a movimentos sociais que se mobilizavam contra a violência patronal, pelo direito à terra e implementação de direitos trabalhistas. O que fizemos na época foi antecipar o que posteriormente se chamaria de “parceria entre a universidade e a sociedade”.

Quais eram as dimensões deste trabalho? Uma delas era a produção de conhecimento. O levantamento de dados além de ser um requisito das atividades de pesquisa acadêmica, ganhava uma utilidade imediata nos embates sociais então travados. Os movimentos sociais, naquele momento, precisavam de informações qualificadas e foi possível ajudá-los a obtê-las. A segunda dimensão era a da capacitação e de formação das lideranças: cursos e assessorias eram oferecidas para aqueles que representavam os trabalhadores nas instâncias jurídicas, nas mesas de negociação, junto à imprensa. E, por fim, buscava-se a produção de metodologias e materiais de divulgação importantes nos espaços de articulação político-sindical.

Importante lembrar que este foi um tempo marcado pelas repercussões do PROÁLCOOL. Este Programa de incentivo à produção de Álcool para Combustível Automotivo. Junto com outros programas governamentais de incentivo à pecuária, o PROALCOOL acelerou o processo de expulsão de trabalhadores no campo. Isto, não só nas áreas mais tradicionais, que conheceram a dominação dos famosos séculos de latifúndios, mas também em outras novas áreas na faixa litorânea, as quais haviam sido até então consideradas impróprias para o cultivo da cana.

Estudamos e discutimos muito os efeitos sociais do PROÁLCOOL, nessa época. Esta era, por assim dizer, uma questão acadêmica e, também, um tema decisivo para os movimentos sociais. O estado oferecia financiamento a juros baixos com bastante tempo de carência e também oportunidades muito favoráveis para a implantação de destilarias de álcool anexas às usinas de açúcar. Tudo isso vai fazer explodir, naqueles dias, inúmeros conflitos pela terra. Todo o esforço na época era tirar tais conflitos da classificação “casos de polícia”, articulando-os entre si para transformá-los em casos exemplares de resistência políti-

ca e questionamento ao modelo proposto para modernizar a economia da região. Várias instituições e atores sociais se conjugaram neste esforço.

O Partido dos Trabalhadores nascia em 1980 articulando grupos políticos, lideranças sindicais e quadros formados nas hostes da Igreja Católica. Compunham também o circuito político democrático, o PMDB local, o movimento sindical dos Trabalhadores Rurais — sindicatos e Federação — ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (a CONTAG). A Igreja Católica que contava com D. José Maria Pires, na Arquidiocese de João Pessoa, e D. Marcelo Carneiro, na Diocese de Guarabira. Ambos tiveram um papel super importante para a legitimação da resistência dos trabalhadores nos conflitos de terra na Paraíba. A “Igreja progressista” da Paraíba — como classificavam os jornais da época — era conhecida em todo o país também por estar disponibilizando suas próprias terras para novos experimentos *de roças comunitárias e mutirões*, tentando construir espaços nos quais os trabalhadores pudessem ter acesso à terra e às novas maneiras de produzir.

O Engenho Avarzeado e a Fazenda Alagamar foram palcos destas intervenções que aliavam produção de conhecimento e compromisso social. Vários professores e alunos da Universidade estiveram lá no Engenho Avarzeado, não apenas pesquisando para compreender a dinâmica das relações sociais, mas também para fortalecer um Projeto no qual os próprios trabalhadores gerenciavam um antigo engenho pertencente à Igreja Católica. Já no caso de Alagamar<sup>5</sup>, tratava-se da expulsão e resistência de trabalhadores da terra. O processo foi longo com muitos impasses e contou com apoio e o trabalho técnico de muitos profissionais. Ambas as experiências servem para ilustrar, no âmbito antropológico, a possibilidade de fazer tradução cultural entre diferentes lógicas de tradição e modernização e de fazer mediação.

Neste mesmo contexto, ainda enquanto Grupo de Estudos e Assessoria Sindical, fizemos o vídeo intitulado *Bagagem de Cana* (aliás, minha primeira experiência na locução de um documentário) em parceria com Serviço de Educação Popular da Arquidiocese de Guarabira (SEDUP)<sup>6</sup>. Os temas deste vídeo são: a memória das lutas

<sup>5</sup> Sobre os casos do Engenho Avarzeado e do conflito Alagamar ver, entre outros, o artigo “*Mutirões, cooperativas e roças comunitárias*”, de minha autoria, publicado no livro intitulado *Cooperativismo e Coletivização no Campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*, organizado por Neide Esterici, publicado pela Editora Marco Zero, em 1984.

<sup>6</sup> Vale salientar que o SEDUP foi nossa parceria mais constante. A irmã Valéria Resende, com sua atuação competente e qualificada, abriu constantemente espaços para a atuação “do pessoal da Universida-

passadas, as condições de trabalho naquele presente e os conflitos pela terra decorrentes da expansão dos canaviais na Paraíba.

Com efeito, em outra conjuntura, os mesmos conflitos talvez pudessem continuar sendo resolvidos pela via da violência costumeira ou do clientelismo, no âmbito da vida privada e não no espaço público. Mas, naquela conjuntura, o poder legislativo, as instâncias executivas e os organismos técnicos responsáveis estavam sendo chamados para se pronunciar sobre os conflitos, interferindo nos seus desdobramentos. Havia, então, um lugar, socialmente legitimado, para a intervenção de uma Universidade pública. Nosso único mérito foi ocupá-lo. Em resumo, uma singular conjugação de atores e fatores políticos e econômicos se articularam naquela conjuntura em que havia um ambiente propício para conjugar ensino, pesquisa e extensão.

Uma boa parte das trajetórias profissionais dos próprios alunos do Mestrado reflete a maneira como foram aqui articuladas as dimensões ensino, pesquisa e extensão. Primeiramente, quero chamar a atenção para um desdobramento da atividade que na época chamávamos de *assessoria sindical*. Acho que a UFPB, e o Mestrado em Sociologia em particular, foram produtores também de uma qualificação para a inserção dos seus Mestres no espaço que atualmente está sendo chamado de “terceiro setor”. Como se sabe, hoje existe uma outra faixa de mercado para a atuação de cientistas sociais no Brasil inteiro: trata-se do mundo das Organizações Não Governamentais. Embora naquele período os termos utilizados fossem diferentes dos que agora constituem o vocabulário deste chamado Terceiro Setor, podemos perceber os nexos entre tais atividades. Podemos dizer que foram muitos nossos alunos que aqui chegaram com indagações, experiências ou afinidades com os movimentos sociais. Para estes se amplia hoje um mercado de trabalho específico que exige um saber específico. Por uma série de circunstâncias, no então Mestrado em Sociologia Rural desta cidade, fizemos um exercício da prática de ter “*um pé na reflexão acadêmica e outro pé na sociedade*”. Talvez estejamos entre os pioneiros na difícil combinação entre produção qualificada de conhecimento e compromisso social cada vez mais valorizada hoje no mundo das Organizações não Governamentais, e sempre uma quimera para uma parte do mundo universitário.

#### DIFERENTES TRAJETÓRIAS, UMA POLÊMICA COMUM

Contando as coisas assim, dá a impressão de que tudo era consenso. Mas a gente sabe que, na universidade, nada pode ser assim muito consensual. A discordância é fundamental na academia, sobretudo na área de Ciências Sociais. Por isto, eu gostaria de recordar rapidamente as fisuras que se observava entre professores. Era com se fosse um caleidoscópio! Muitas diferenças podiam ser observadas. As pessoas poderiam ser agrupadas de várias maneiras quando se considerava aspectos diferentes, vieses diversos. Por exemplo, havia os “de dentro” e os “de fora”, ou seja, os que eram “da cidade” e os que vinham “de fora”. Mas, o que eram de Campina Grande também tinham as suas divergências entre si. Assim como também entre os que eram “de fora” não havia homogeneidade. No caleidoscópio havia vários desenhos. Ora os da cidade eram vistos se opondo aos de fora. Ora podia-se ver reunidos os que se definiam como “marxistas” (de dentro e de fora) se opondo aos não marxistas (também de dentro e de fora). Mas, os marxismos que chegaram aqui (e que também estavam rodando pelo mundo!) também eram diversos. Uns mais “teóricos”, outros mais ligados à pesquisa empírica. Havia também uma certa fronteira entre os antropólogos e sociólogos que, por vezes, se manifestava reposicionando as distinções entre “os de dentro e os de fora”, “os marxistas e os não marxistas”, os “teóricos e os pesquisadores”.

Mas, a despeito de todas as diferenças, havia uma questão que produzia acalorados debates formando outros grupos e sub-grupos: qual será o futuro da pequena produção agrícola? Aqui se destacavam — pelo menos — dois partidos: um, que considerava irreversível o processo de proletarianização no campo, e outro, que se dedicava ao estudo das diferentes formas de reprodução do campesinato. Esse debate mexia com razão, emoção, com a alma das pessoas. A gente era capaz de passar a noite discutindo este assunto. Vários caminhos teóricos eram acionados para explicar a presença teimosa da pequena produção agrícola: *modo de produção camponês, produção capitalista de relações não capitalistas, subsumção formal e não subsumção real ao capital; sistema de plantation, etc...*

Não por acaso este tema esteve no centro de dois encontros Realidade Nordestina que fizemos, com apoio da Fundação Ford, em Campina Grande. Logo de início,

de”. Entre os alunos que vieram do SEDUP para nosso Mestrado destaque Analisa Bertolasi, Guiseppe Tosi, Orlandil, Maria da Conceição Van Oosterhout (Lola), hoje professora da casa.

lembro-me bem, houve forte discussão sobre a fotografia de um nordestino desdentado — feita por Roberto Coura — que ilustrou o cartaz destes encontros. Era uma foto muito realista: seria um camponês expulso da terra, um assalariado superexplorado ou um pária sem lugar social? A dúvida era a de sempre: a foto serviria como denúncia ou, apenas, como reforço ao estigma da miséria nordestina? Foi uma longa briga até adotá-la e, pelo que vim a saber depois, também para descartá-la (já que, por alguns anos, ela tornou-se a marca visual do Programa de Mestrado).

Mas, é importante sublinhar que nos encontros da *Realidade Nordestina* I e II (1980), ao lado dos professores da casa, estiveram então em Campina Grande justamente os pesquisadores que — por diferentes ângulos — discutiam o futuro da pequena produção: José de Souza Martins, Nazaré Wanderley, Abdias Vilar, Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, José Graziano da Silva, Afrânio Garcia, entre outros. Tínhamos aqui vários alunos focalizando as questões referentes ao futuro da pequena produção e nós trouxemos para discutir com eles pesquisadores já de renome nacional. O debate foi rico e inédito<sup>7</sup> pois até aquele momento não tinha havido, em lugar nenhum, um encontro semelhante que reunisse a todos.

Na verdade, havia uma curiosidade sobre o que fazíamos aqui em Campina Grande, o que facilitava a aceitação dos convites para encontros e debates em geral promovidos pelo nosso Programa. No primeiro encontro Realidade Nordestina representantes dos trabalhadores rurais de vários municípios da Paraíba estiveram presentes e tiveram a oportunidade de falar. A gente teve aquele momento super difícil que é o de cortar palavras, mas foi realmente uma ocasião notável, uma coisa muito interessante essa experiência que a gente teve de trazer esses profissionais que eram de ponta, reconhecidos pela academia, e ao mesmo tempo, pelos trabalhadores. Margarida Maria Alves esteve nesse encontro. Ela foi brilhante e surpreendeu a muitos que não tinham idéia do que se passava no interior do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais.

Esses dois encontros sintetizam várias facetas do diálogo, do debate, da heterogeneidade das posições em confronto e também dessa possibilidade de criar uma forma de se relacionar com os movimentos sociais sem se confundir com eles. Atualmente, como sabem principalmente Salete e Ghislaine, sempre dedicadas ao debate sobre

as distintas formas de pequena produção agrícola, no mestrado de Campina Grande e na sociedade brasileira, a tese da “proletarização inexorável de todos os trabalhadores do campo” caiu por terra. Hoje, acho eu, a gente vê isso muito melhor do que na época. O que parecia que era uma específica questão rural, era na verdade uma discussão sobre o Brasil, com todas as suas particularidades e heterogeneidades. Hoje, acampamentos, assentamentos, cooperativas, grupos de produção buscam “criar postos de trabalho” em um tempo de desemprego generalizado. Cada vez mais, é preciso fazer dialogar as grandes teorias com as possibilidades historicamente inscrites. Isto eu aprendi aqui, em Campina Grande, na Paraíba.

#### PARA CONCLUIR

No Mestrado de Sociologia de Campina Grande, eu era responsável por uma disciplina chamada *Movimentos Sociais no Campo*. Nesta disciplina, se buscava fugir tanto de uma visão de Universidade que se vê fora da sociedade, como também de uma outra visão que não distingue a produção acadêmica da militância política. O que a universidade pode trazer aos movimentos sociais? Para se encaminhar uma resposta para esta questão, é preciso sempre distinguir capacidades, responsabilidades e protagonismos. A atuação da universidade deve ser sempre uma possibilidade de problematização e complementação não de intervenção vanguardista no percurso dos movimentos. Bernadete Aued, aluna de nosso Mestrado, por exemplo, fez um importante trabalho sobre as Ligas Camponesas na Paraíba. A dissertação de Bernadeth ajudou Eduardo Coutinho a fazer o filme *Cabra Marcado para Morrer* que, por sua vez, resultou na re-inserção de Elizabeth Teixeira no espaço público e na constituição de um importante capítulo da história das lutas camponesas no Brasil. Ou seja, é preciso lembrar, que os vasos comunicantes entre Universidade e Sociedade existem, e os efeitos das pesquisas não dependem só dos pesquisadores. Para além das intenções dos estudiosos, a produção acadêmica, tanto aquela que se propõe a ser ideologicamente comprometida, quanto aquela que se quer “neutra” e “puramente científica”, podem ter diferentes efeitos políticos no

<sup>7</sup> Os trabalhos apresentados nos dois *Encontros da Realidade Nordestina* foram reunidos em dois cadernos, nos quais também foram inseridos os textos dos debatedores.

processos sociais em curso. A Universidade é um espelho retrovisor da sociedade.

Para fechar minha fala, gostaria de dizer que também tive a mesma dificuldade que teve a Salete na questão com a idéia de “construir a memória do mestrado”. A gente discute teoricamente o papel da memória afirmando sempre que toda memória social é seletiva, que toda a memória é resultado de disputas de versões, de pontos de vistas parciais. De repente, a gente se vê como “informante”: revela nossos laços afetivos, teme contribuir para esquecimentos, apresenta nossa seleção de acontecimentos, monta uma versão. O que fazer? A única saída é assumir a parcialidade da memória de cada um.

Eu gostaria de terminar apelando aos alunos e aos meus colegas professores para que — dando um passo para trás, partindo de sua própria subjetividade e buscando objetividade sociológica — produzam outras versões dessa mesma história. O registro de várias vozes constrói melhor a memória. Certamente, não se trata de chegar uma versão única, toda bonita, toda coerente, porque essas geralmente são as mais arriscadas e pobres. Ao contrário, múltiplos registros são importantes para trazer à tona toda uma riqueza de visões que permita uma análise institucional com suas ambivalências, impasses e, também, com suas potencialidades. Novas sínteses provisórias e novos pactos para o presente podem assegurar um futuro promissor para esta casa de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Obrigada.

## A CONTRIBUIÇÃO DOS CONVÊNIOS PARA A PESQUISA E A CAPACITAÇÃO

Ghislaine Duqué

Professora do PPGS — UFPB/UFCCG.

O tema que me coube nesta mesa redonda foi o dos convênios, mas não resisto ao prazer de citar algumas lembranças pessoais, em cima do que foi falado aqui pelas que me antecederam. Gostaria de tocar em alguns aspectos vividos no período de formação da Pós-Graduação em Sociologia, aqui em Campina Grande.

Em primeiro lugar, *flexibilidade* nas contratações de professores. Penso que não era apenas flexibilidade, mas uma palavra melhor para expressar o que acontecia seria *velocidade*. Tenho meu exemplo pessoal e peço licença aqui para mencioná-lo. Imaginem que apenas 5 dias após a defesa de minha tese de doutorado, fui contratada para trabalhar aqui! Quando cheguei ao Rio de Janeiro, já com o título de doutora, Ivan da Costa Sales, um amigo que foi professor aqui, me pediu para que lhe desse meu *curriculum*, que ele entregaria à Regina, então chefe do Departamento de Ciências Sociais. Disse-lhe que não pretendia ser professora de universidade, que não sabia fazer isso. Trabalhava no campo, sabia mexer com campo, mas a universidade não era comigo. Ele insistiu dizendo que levaria meu *curriculum vitae*, pelo menos como informação. Entreguei-lhe meu CV, pretendendo que o mesmo servisse de início para uma conversa sobre alguma coisa para o futuro. Alguns dias depois, peguei um vôo para Salvador, onde visitei alguns amigos. Na escala em Recife, havia uma mensagem me esperando: “telefonar com urgência para Regina”. Telefonei para Regina e ela atendeu: “Ah, é você, Ghislaine? Ivan nos trouxe seu curriculum. Seu contrato já está assinado!” Era desse jeito naquele tempo.

Um outro ponto que destaco é a ligação entre o Programa (na época, apenas Mestrado) e os movimentos sociais. Inclusive um bom número de nossos alunos vinham de experiências de engajamento com os movimentos sociais e então isso dava um dinamismo muito grande, uma discussão realmente apaixonada nas disciplinas. Não eram apenas as teorias que eram *visitadas*, não eram apenas os autores que a gente estudava, mas era uma prática que se discutia. Era a relevância do engajamento que estava sendo discutida, e isso era uma coisa muito forte!

Eu me lembro também que várias vezes, na época em que estava na coordenação do curso, tivemos defesas de dissertações nas comunidades em que o trabalho de campo tinha acontecido. Lembro bem de uma que ocorreu em Lagoa Seca, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. As janelas do recinto estavam cheias de trabalhadores que ficavam lá olhando o que acontecia, fazendo comentários, batendo palmas e interrompendo. Outra, também marcante, aconteceu em Serra Branca, na Igreja Católica local, que era o único local bastante grande para toda a comunidade presente, a Banca e a aluna no altar, com os santos atrás da gente, e o pessoal sentado nos bancos. Num determinado momento, um professor da Banca perguntou: “Será que você não generalizou um pouco?” Ai uma mulher, levantando o braço, interrompeu: “Ele tem razão, o professor, porque o que a moça falou, isso ela viu na minha casa, mas não é verdade na casa da minha vizinha”. Era assim, com a comunidade validando ou questionando as informações dadas pela mestrandia. Era realmente bem interessante!

Quanto aos convênios, vou me ater, sobretudo, ao convênio *Capes-Cofecub*, pelo fato de conhecê-lo melhor: Houve também um convênio com o Canadá, sobre a mitigação de desastres, coordenado por Norma Montalvo de Soler, e depois também por Deolinda Ramalho.

O convênio *Capes/Cofecub*, com a França, foi muito interessante de vários pontos de vista: primeiro, pela importância da formação e capacitação de professores. Houve um número muito significativo de colegas nossos que se formaram nesse convênio. A primeira etapa foi de 80 a 85. Quando cheguei em 80, participei fazendo tradução simultânea dos visitantes da primeira missão, na qual recebemos Marcel Jollivet e Michel Gervais.

Em 1985, ano em que o convênio foi renovado, como estratégia de sobrevivência e expansão, abrimo-lo para duas outras universidades: a UNICAMP, representada por Nazaré Wanderley e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O mesmo convênio ainda foi renovado mais uma vez de 90 até 95. Nesse momento, reforçamos nossos laços com aqueles que comungavam com essa pers-

pectiva de uma universidade orientada para a sociedade, para as necessidades sociais, atuando junto com gente engajada. Uma outra característica que nos unia era o respeito à cultura e à especificidade da experiência brasileira. Os franceses que participaram do convênio não estavam aqui para trazer nada de cima para baixo, mas para dialogar em pé de igualdade.

Eu gostaria de lembrar alguns fatos: Marcel Jollivet<sup>8</sup>, que se tornou um amigo; Bernard Roux, que articulou comigo um novo Convênio, desta vez com a Universidade de Tours, e que foi muito fiel desde o início, tendo inclusive orientado várias teses aqui no Programa; Hugues Lamarche, que coordenou uma pesquisa de comparação internacional, da qual resultou a publicação de dois livros<sup>9</sup>; o Jean Paul Billaud, que participou dessa pesquisa, e o Marcel Marloye, que orientou tese em Economia; Tivemos ainda Nicole Eizner e Pierre Coulomb, que já morreu, infelizmente; Hélène Delorme e Marie Rose Lagrave. Também houve os estagiários franceses que vieram ao Brasil, como Marianne Cohen, que já era doutora e veio, aconselhada por Marcel Jollivet, fazer um estágio de pós-doutoramento no Grupo de Pesquisa que coordenava, num trabalho de campo no Cariri paraibano<sup>10</sup>. Me parece um caso notável, pois é mais comum se pensar que os Brasileiros têm que aprender fora, e não o contrário!

Do lado dos bolsistas brasileiros, a partir dos relatórios antigos, vejo que o número de economistas foi muito maior que o número de sociólogos e antropólogos. Entre estes últimos houve Gisélia Potengy, Paola Cappellin e Gian Mario Giuliani, que fizeram doutorado dentro desse convênio; Regina Novaes, Cristina Marin e eu tivemos missões de trabalho. Depois, Maria Braga de Sá (a Marisa Braga) e Eurenice Garcia, que começou o doutorado lá, acompanhando o marido. Do lado da economia, houve Paulo Nakatani, René de Carvalho, Lúcia Gonçalves, Manuel Malaguti, José Heleno Rota, Fernando Garcia de Oliveira e o Clodoaldo Bertolucci. João Otávio Paes de Barros também passou um tempo na França e, mais recentemente, Olívio Teixeira. José Roberto Novaes (o Beto) também realizou uma missão de trabalho.

Das outras universidades brasileiras, que participaram do convênio na segunda etapa, entraram e fizeram doutorado na França, no âmbito do convênio, pelo Rio Grande Sul: José Vicente Tavares dos Santos,IVALDO GEHLEN, JALCIONE ALMEIDA, OSVALDO HÉLIO DA SILVA; outros, como Anita Bramer (que participou da pesquisa de comparação internacional), fizeram missões de trabalho. Da UNICAMP houve Alfio Brandenburg, que hoje está no Rio Grande do Sul e Jacir de Moraes Pessoa. Nazaré Wanderley fez missões de trabalho enquanto Rinaldo Fonseca e Abdias Vilar de Carvalho fizeram doutorado. Participaram em diversos seminários Carlos Brandão, Teresa Sales, Fernando Lourenço.

Com essa lista um pouco maçante, quero demonstrar que graças a esses convênios CAPES-COFECUB, houve um número considerável de intercâmbios, que representaram muitas oportunidades de titulação e de pesquisas em comum. Em 1998, retomamos um novo convênio, desta vez com a universidade de Tours, com estas mesmas características de diálogo respeitoso e de amizade. Tivemos então a visita de Gustave Vergneau, focalizando o tema do Desenvolvimento Local e Ordenamento Territorial, e o incansável Bernard Roux, que voltou várias vezes, desta vez com o professor Jean Paul Carrière<sup>11</sup>. Temos dois doutorandos que estão em Tours: Kátia, que foi orientada por Olívio Teixeira no Mestrado em Economia e Emília Barreto, que é do Departamento de Comunicação (UFPB-JP). Tivemos também nessa fase mais recente algumas missões como, por exemplo, as realizadas pelos professores Olívio Teixeira e Francisco Barreto.

O que vale frisar é que esses diversos convênios proporcionaram a vários colegas uma oportunidade ímpar de aprimoramento profissional, estreitaram nossos laços com colegas altamente qualificados do exterior e entre nós, professores e pesquisadores de diversas universidades brasileiras. Hoje, vários pesquisadores brasileiros de reconhecida qualidade atuando pelo país, por exemplo na Unicamp, UFRJ, na UFRGS, na UFES, etc., se capacitaram na época graças a esses convênios negociados por Campina Grande.

<sup>8</sup> Ver: Wanderley, M. Nazareth B. *Homenagem ao professor Marcel Jollivet*. Raízes, Campina Grande, vol. 21, no. 02, p. 184-194, jul./dez. 2002.

<sup>9</sup> LAMARCHE, H. (coord.). *L'agriculture familiale*. Vol I — Une réalité polymorphe. Vol II — Du mythe à la réalité. Paris: LHarmattan, 1992 e 1994. O primeiro volume foi traduzido em português por Angela M. N. Tijiwa e publicado pela Editora da Unicamp em 1993.

<sup>10</sup> Desse trabalho comum resultaram vários artigos e um livro: COHEN, M. & DUQUÉ, G. *Les deux visages du Sertão — Stratégies paysannes face aux sécheresses*. Paris:IRD, 2001, 388 p.

<sup>11</sup> Um novo Convênio está em andamento atualmente, abrangendo a Universidade de Tours de um lado, as Universidades de Santa Catarina e Campina Grande do outro.

## A INSPIRAÇÃO DEMOCRÁTICA DA SOCIOLOGIA RURAL

Edgard Malogodi

*Professor do PPGS/UFMG-UFPA*

A história da pós-graduação em Sociologia, em Campina Grande, teve muitos momentos decisivos — e até dramáticos — e os relatos que me antecederam dão uma idéia desta complexidade e riqueza. Mas há dois momentos para os quais eu gostaria de dirigir o foco da minha apresentação. O primeiro, o momento anterior à nossa vinda para Campina Grande, uma contextualização, ao mesmo tempo de caráter pessoal e histórica, ou melhor, “pré-histórica” do curso de Sociologia Rural, do ponto de vista de quem viu esse processo, primeiro de longe, e depois começou a fazer parte dele; a segunda, um momento bem mais recente, do qual participei ativamente, no qual se processou a integração com João Pessoa e resultou na criação do doutorado.

Com relação ao que chamo de momento pré-histórico, é muito importante a gente observar o que acontece com a política brasileira nos anos 60 e 70. Em 1964 acontece o golpe de estado, seguido pela instalação do regime militar, o qual significou, no meu ponto de vista, uma derrota das classes populares, da classe trabalhadora, do camponato, dos trabalhadores rurais, além naturalmente dos outros setores democráticos que sofreram um processo de repressão muito forte. Vivi este momento como estudante, participando do movimento estudantil, eventualmente próximo a alguma organização política. Em 1964, eu havia me mudado de Sorocaba para São Paulo, e comecei a estudar Filosofia na Faculdade São Bento, hoje PUC, tendo me matriculado também no primeiro ano da antiga Escola de Sociologia e Política, na rua General Jardim. No ano seguinte, eu deixei a Sociologia e fiquei só com a Filosofia — a Filosofia pura, como diziam — me transferindo para a USP, na rua Maria Antonia, no curso noturno, onde fiquei quatro anos. Ainda que me preocupasse com as questões sociais, não as via como questões sociológicas, isto é, como questões que demandassem estudo, pesquisa, problematização; longe disso, meus assuntos

eram Sócrates, Platão, Descartes e Kant, além de Merleau-Ponty, naturalmente. Quando chegou em 1968 eu fui morar no CRUSP<sup>12</sup>, ano em que os movimentos populares, particularmente o sindical e o estudantil, tinham crescido muito, e as organizações políticas estavam buscando quadros no meio estudantil. Então a gente sofreu o segundo golpe, muito mais violento. No ano seguinte, em setembro de 1969, eu deixei o país para estudar fora, por conta de uma situação que cobrava de mim, uma decisão drástica: ou me acomodava disciplinadamente ao regime, ia buscar um bom emprego, ganhar dinheiro, fazer carreira, enfim, buscar o enriquecimento pessoal, ou então o enfrentamento direto ao regime, a luta armada. Escapei do dilema, saindo do país. Vivi, então, quase oito anos na Alemanha, um período longo no qual me afastei da família, dos colegas e, num ambiente novo para mim, comecei a pensar no Brasil de longe. Naqueles anos, uma coisa foi me chamando a atenção: era a idéia de que o Brasil, desde o tempo da colônia, não tinha tido uma verdadeira vocação democrática, e nunca iria ter nenhuma se não resolvesse a questão agrária.

Para mim, a questão agrária brasileira estava caracterizada pela ausência do camponato dos movimentos sociais. Pois eu, em 1967 e 68, via os estudantes na rua, fazendo protestos contra o regime, os operários ocupando fábricas, mas cadê os camponeses? De fato, salvo movimentos muito localizados culturalmente e geograficamente, como Canudos e o Contestado, até meados da década de 1950, as lutas sociais que influenciavam a vida política no país eram caracteristicamente urbanas. E isso ao longo de séculos, em que o Brasil foi um país eminentemente agrário. Quando se observa, por exemplo, a época de Getúlio Vargas, ou mesmo antes, a República Velha, já há uma presença muito significativa do sindicalismo urbano (portuário, ferroviário e têxtil) de inspiração anarquista. A Revolta da Chibata, entre os mari-

---

<sup>12</sup> CRUSP é o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, localizado na cidade universitária, no Butantã. Foi ocupado por tropas militares em dezembro de 1968, e todos os estudantes foram presos.

nheiros, nas primeiras décadas da república, a revolução de Isidoro em 1924, em São Paulo, depois o movimento tenentista. Podemos dizer, portanto, que as lutas sociais no Brasil são praticamente urbanas e, pelo menos até a década de 1950, não existe ainda a presença forte das populações camponesas no cenário da política, na qual pontificavam senhorialmente os latifundiários e as elites agrárias. Para mim então veio aquela idéia forte que o problema não era o Brasil tornar-se moderno, industrializado, o problema não era deixar de ser um país agrário, mas de se ter vergonha da situação em que viviam os trabalhadores rurais. E um país onde a participação dos camponeses fosse incorporada como parte importante da vida nacional. Neste sentido o estudo da questão agrária, da Sociologia Rural, poderia contribuir para o retorno do país à democracia e, quem sabe um dia, ao socialismo.

No período “*revolucionário*” assistimos o aparecimento de várias soluções: o *maoísmo* e o *foquismo* (ou *guevarismo*), por exemplo, foram respostas daquela geração, à qual em certa medida pertencemos. Mas a morte de *Guevara* e de *Lamarca* e o desmantelamento das organizações armadas deixavam claro a inviabilidade destas alternativas para o Brasil. No entanto, este não era um problema fácil para a minha geração, e implicava em dramas de consciência. Havia pessoas conhecidas, amigos, ex-colegas, sendo torturados nas prisões, ou na clandestinidade. E eu, que no exterior não podia fazer nada para derrubar a ditadura, me sentia no dever de, pelo menos, estudar as razões históricas desta desgraça, e um dia voltar para o país para contribuir para uma grande mudança. Era uma forma de conciliar a atitude pessoal de distanciamento, o exílio na Europa — a fuga se quiserem — com a luta que mal ou bem estava sendo travada. Pois naquele momento, mesmo que militarmente perdedores, as lideranças estudantis, operárias, etc, que haviam entrado na clandestinidade, representavam a linha de frente de um processo que não parava ali. Comecei a viver pessoalmente esse drama: de um lado, academicamente ligado aos temas da teoria do conhecimento, o que me levou os grandes sistemas filosóficos, e depois a me concentrar em Karl Marx; e por outro, a preocupação com a realidade brasileira, com a busca de uma alternativa democrática e socialista. A contradição não se resolveu neste momento, mas preparou a decisão, no momento seguinte. Concluí meu tempo na Alemanha, fazendo uma dissertação de mestrado sobre Darci Ribeiro, focalizando aspectos teóricos e sua relação com a teoria da dependência, e voltei para o Brasil.

Cheguei em São Paulo e comecei trabalhando como tradutor e professor de alemão. Logo depois consegui aulas de Sociologia na Fundação de Santo André, onde conheci Marilda. Apareceu então uma comissão do MEC para avaliar o curso em Santo André, e daí surgiu um convite para participar de um programa de pós-graduação em Sociologia Rural, em Viçosa, MG. Apresentei meu *Curriculum Vitae* e me convidaram imediatamente. Naquele momento, tive notícias do curso de Sociologia Rural em Campina Grande, através de ex-alunos de Santo André que haviam ido fazer mestrado em Sociologia em Fortaleza, mas não via chances de trabalhar aqui.

A partir daí comecei alimentar a idéia de ir fazer pesquisa no Nordeste, e a região escolhida foi a Chapada Diamantina, no interior da Bahia. Olhava no mapa e pensava que a Bahia era o centro do Brasil. Pensava então que estando em Viçosa estaria mais perto do Nordeste, e aí fui para Viçosa em março de 1979. Em Viçosa tive ótimos amigos, o David, a Sônia. A cidade é muito pequena, na Zona da Mata mineira, mas tem uma boa infra-estrutura universitária, boa biblioteca, restaurante, laboratórios, etc. Mas eu, ingenuamente, me manifestei politicamente em questões locais e, junto com alguns outros professores, fui demitido sete meses após minha chegada. Organizamos um protesto e a notícia se espalhou, saindo inclusive um editorial na Folha de São Paulo. O pessoal de Campina Grande soube e Regina Novaes nos mandou o convite. Já chegamos aqui contratados, eu, Íbis Soares Brandão e seu marido.

Cheguei em março, lá pelo dia 20, e meu contrato era do dia primeiro do mesmo mês. Sobre esse momento diria que um elemento decisivo era um marcante interesse da nova intelectualidade de ciências sociais em entender o que significava o processo de penetração do capitalismo no campo, tradicionalmente pensado como um campo feudal. Os *Encontros sobre a Realidade Nordestina*, de que falou Regina, estavam ligados a esse interesse, que motivou também no surgimento do PIPSA, um projeto integrado de estudos das ciências sociais sobre a agricultura, que durou uns quinze anos e foi muito importante para todos nós.

Na composição do cenário, no período em que aqui cheguei, deve-se incluir também o interesse pelo resgate das lutas políticas do pré-64, e também de depois, bem como as novas lutas que surgiam no final dos anos 70, início dos anos 80, decorrentes da expansão do Pró-Álcool, da valorização das terras e da tentativa de expulsão generalizada dos antigos moradores. A gente viveu

esse processo, e para estudá-lo, mas também para atuar nele, estabelecemos algumas parcerias com os sindicatos de trabalhadores rurais. Por exemplo, a parceria com o Sindicato de Alagoa Grande, presidido na época por Margarida Maria Alves, que foi assassinada nesse período. Na verdade, ela não vinha diretamente de uma relação com as Ligas, porque os sindicatos foram formados, na década de 60, em contraposição ao avanço do movimento popular nas Ligas Camponesas.

Margarida emerge da relação entre Igreja Católica e sindicatos. E a Universidade, através de muitos de nós, aparece reforçando *a luta pelos direitos*. Muitos sindicalistas apoiavam o encaminhamento das questões trabalhistas em toda Paraíba e os patrões não aceitavam de modo algum serem chamados às barras da justiça para atender uma reivindicação de trabalhador rural, atitude que revela muito bem a fonte da violência, nesse processo. A gente passou então a tentar trazer para o debate teórico a situação social que a gente encontrou no campo nordestino, particularmente na Paraíba, especialmente no Brejo. Integramos então esse grande movimento das ciências sociais que tratava de discutir o processo de penetração do capitalismo no campo, mas com um viés muito próprio, vivenciando na prática a proximidade com os movimentos e com os focos de conflito social no Nordeste.

Vale dizer que Campina Grande foi pioneira em cursos de Ciências Sociais. O curso de graduação é da década de 60 (começou em 1963), ainda que tenha sido reconhecido apenas em 1974. Sendo inicialmente Bacharelado em Sociologia e Política, teve que se transformar em Curso de Ciências Sociais devido à repressão do regime. Com a criação do Mestrado em Sociologia Rural, no final dos anos 70, Campina Grande se tornou uma referência nacional na discussão da questão agrária. No Rio de Janeiro, o CPDA estava ainda começando, e o curso de Viçosa, não sendo reconhecido, fechou. Os programas do sul do país, ligados aos temas rurais, viriam a surgir bem mais tarde. Dessa maneira, a proposta de Sociologia Rural de Campina Grande é pioneira, e o início da década de 80 vai ser muito favorável, concentrando-se aqui docentes, pesquisadores e a formação de alunos que hoje são professores de várias universidades federais no Brasil, como Bernadete Aued, acima citada. Certamente poderíamos listar dezenas de exemplos semelhantes. Mas com o tempo, essa situação vai mudando. O debate sobre o rural torna-se importante para a UNICAMP, para a Rural do Rio de Janeiro, para a UnB e para outros centros, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Surgiu, por assim dizer, a

concorrência de vários outros centros, e as dificuldades internas, os reitorados clientelísticos da UFPB nos anos 80 foram fatais para o desenvolvimento da universidade. Desta forma, os anos seguintes trariam outras tantas dificuldades, que poderemos tratar em outra oportunidade.

Quanto à outra questão que prometi tratar aqui, o momento de integração dos programas, do nosso com João Pessoa, é preciso contextualizar um pouco a nossa relação com os processos de avaliação da CAPES. A gente teve nota "B" praticamente como média, na década de 80. A década de 90 inicia-se com bastante dificuldade, com o esvaziamento do corpo docente, porque logo no início você tem uma leva de aposentadorias, grande parte de doutores com experiência em pesquisa.

Nesse período tínhamos praticamente somente as professoras Ghislaine Duque, Deolinda Ramalho e Norma Soler, como doutoras, o que colocava o programa em dificuldades. Na década de 90 se acentua uma pressão da CAPES no sentido de criação do doutorado, confirmando a orientação adotada no fim da década de 80, segundo a qual os cursos de pós-graduação não poderiam funcionar apenas como mestrados. A partir daquele momento, para a CAPES, se um programa de pós-graduação quisesse existir teria que ser completo, oferecendo todos os níveis, mestrado e doutorado. Essa era uma posição fechada da CAPES já no início da década de 90, e se relacionava com a orientação de que não seriam mais aceitos mestres atuando nos programas de pós-graduação.

Isso criou um problema sério para o programa em Campina Grande e ao mesmo tempo começávamos a ser questionados a respeito da ênfase no rural, acenando-se a possibilidade de incorporar outras áreas de concentração. A questão a ser enfrentada, portanto, a partir da década de 90, era a que se referia às alternativas para a criação do doutorado. Surgiram então, a partir de 1995, algumas propostas no Centro de Humanidades: uma, a de um doutorado eclético, com um eixo temático em desenvolvimento humano; outra, de um doutorado em desenvolvimento sustentável, todas elas reunindo professores de departamentos diversos. No entanto, nenhuma dessas propostas passou do primeiro rascunho. Continuávamos sem uma alternativa consistente para a criação de um curso de Doutorado.

As críticas que nos chegavam das reuniões dos comitês de avaliação da CAPES (área de Sociologia), na década de 90, além de apontar para os problemas relativos aos baixos índices de publicações, o que tentávamos justificar pelo fato de sermos poucos e termos nosso tempo absor-

vido em orientação de alunos e nos encargos administrativos, mencionavam sempre a dificuldade de entender dois cursos de Mestrado em Sociologia em cidades tão próximas (Campina Grande e João Pessoa). A CAPES<sup>13</sup> questionava o porque de não nos juntarmos e formar um curso de doutorado. Argumentava-se que, além de sermos da mesma instituição, enfrentávamos questões ligadas ao Nordeste, sendo de se esperar que uníssemos as forças para formar um programa único nos dois níveis da pós-graduação *stricto sensu*.

Em 1997/98, pudemos contar com a vinda de Gisélia Potengy e, depois, de Maria Aparecida Moraes, como consultoras, e elas fizeram um trabalho excelente e puderam representar, para nós, um olhar de fora. Segundo elas, não teria cabimento criarmos um doutorado só aqui, nem só em João Pessoa. Segundo elas, as condições seriam enormemente facilitadas se nos juntássemos em busca de uma melhor perspectiva de futuro. Elas próprias já cuidaram de fazer uma articulação e ligar algumas linhas que estavam desatadas, e fizeram também um trabalho junto às autoridades em João Pessoa, no sentido de criar um espaço institucional adequado às negociações. Quando então fomos discutir o processo com o *campus* I, no entanto, nos deparamos com resistências fortes por parte dos colegas de João Pessoa. Outro problema é que eles já tinham encaminhado uma proposta isolada de doutorado. Conseguimos que o projeto deles fosse barrado na PRPG e eles receberam a resposta de que “qualquer modificação institucional da pós-graduação em Sociologia na UFPB dependia de uma conversa com os colegas de Campina Grande”. Respaldados pela postura institucional, pudemos nos firmar em nossa posição. Isso criou uma situação de impasse para eles, e assim, uma sexta-feira à tarde, fomos convocados para estar, na segunda-feira seguinte pela manhã, no *campus* de João Pessoa, para discutir o problema. Na ocasião tudo que fiz foi reafirmar nossa intenção de criar um programa conjunto.

Talvez fosse importante colocar que a gente encontrou muita resistência. Enquanto era consenso entre nós a proposta de um programa conjunto, em João Pessoa as coi-

sas eram diferentes. Eles ainda propuseram que fôssemos uma linha de pesquisa do doutorado deles, proposta que naturalmente rejeitamos. Estávamos mais ou menos no final do mês de maio e tínhamos que encaminhar o projeto pronto até o final de junho. Aí eles colocaram na mesa um calhamaço e disseram o seguinte: “*nós já temos a nossa proposta. Aí está! Se virem para incluir aí a de vocês!*”

Então tivemos que produzir esse projeto “a toque de caixa”. Como resultado dessa pressa, não discutimos o regulamento do curso e absorvemos aquele que tinha sido feito em João Pessoa. De lá para cá observamos que há altos e baixos no processo de integração, mas o saldo final é bastante positivo. Basta comparar a sucessão dos fatos que se seguiram: outros mestrados, como o de Economia Rural, vizinho ao nosso, vive um impasse e está sem poder fazer seleção. Nós estamos com o número crescente de candidatos para a seleção, ultrapassando uma centena e meia para o Mestrado.

Temos insistido na importância de fazer circular, no âmbito do Programa, o debate livre de idéias. Nesse sentido apoiamos a contratação de professores visitantes, bem como temos trabalhado para aumentar as relações internacionais. Em alguns centros europeus, americanos existe um interesse maior em relacionar com instituições do Nordeste, do que do Centro-Sul. Nessa área, um dos pontos altos tem sido o convênio com o Cirad<sup>14</sup>, que nos tem permitido receber sempre um pesquisador francês visitante, o que nos brindou com a atuação de Eric Sabourin, por vários anos, e mais recentemente, a contribuição de Jean-Philippe Tonneau. Temos também mantido um *Link*, bastante produtivo, com a Northumbria University, localizada em *Newcastle*, Inglaterra, sucedâneo de um convênio similar com a Universidade de Manchester.

No entanto, as avaliações da CAPES, sempre avaliações externas, pois não temos tido pessoas daqui nos comitês de avaliação, têm sido, eu não diria muito severas com a gente, mas incapazes de perceber o esforço que temos feito para superar as dificuldades e consolidar os avanços. Fazer pós-graduação no interior do Nordeste, com um padrão internacional<sup>15</sup>, não é a mesma coisa que fazer isso em uma grande instituição do centro-sul, que conta com

<sup>13</sup> Leia-se, as pessoas que compunham os comitês de avaliação da Área de Sociologia.

<sup>14</sup> CIRAD — *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*, é uma instituição científica francesa, com sede em Montpellier, especializada em agricultura nos trópicos e que dispõe de grande experiência nos países da Ásia, África e América Latina.

<sup>15</sup> Porque no Brasil, nas universidades federais, se firmou esse padrão, até pela convivência com professores e pesquisadores da França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, México, Argentina, etc., que nós daqui desfrutamos de modo privilegiado.

recursos assegurados, mesmo que eventualmente escassos, e onde os Coordenadores da pós-graduação não precisam “administrar” bibliotecas, criar bancos de dados, ou reformar salas de aula, nem limpar banheiros. E isso não é o mais importante: no centro-sul existem tradições consolidadas, *habitus* no campo institucional e educacional. Aqui, estas coisas têm que ser criadas ou defendidas no cotidiano, pois na região, no estado, na cidade, respira-se o ar do poder local, do mandonismo, das influências clientelísticas e assistencialistas. Pois bem, a dita avaliação da “CAPES” não avalia essas coisas. (Eu sei que não é da CAPES em si, mas de um *comitê de pares*.) Assim, sinto às vezes que, não apenas não somos valorizados por fazer quase o impossível em uma região difícil, mas como se pensassem: *lá tudo é ruim, mesmo que façam muito bem será sempre pior que nós!* Não obstante, é importante que se diga, se não fosse a CAPES não teríamos sequer existido! Então é preciso fazer uma distinção entre a CAPES, como instituição, e a CAPES, enquanto o papel dos comitês assessores.

O que a gente tem que avaliar atualmente é o espaço futuro a preencher. Na medida que somos avaliados com rigor, temos aproveitado para nos estimular reciprocamente a perseguir níveis sempre melhores de produção científica, do cumprimento de prazos, além naturalmente de manter um bom nível de relacionamento acadêmico entre os docentes e discentes do Programa. Um ponto que precisa ser melhorado algum dia é o distanciamento entre a graduação e a pós-graduação, talvez um problema congênito nosso, fruto do que acabo de mencionar, pois aí a influência da mentalidade local é dominante. É gritante o abismo entre os dois níveis, e precisamos ter uma estratégia para minimizar isso. Enfim, temos muitos problemas ainda a resolver. Muito obrigado.

## QUADRO DE COORDENADORES

Quadro dos Coordenadores e vices do Mestrado de Sociologia Rural — de 1977 até 2004.

Após o ano 2000, passa a ser Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UFPB, sendo hoje PPGS — UFPB/UFCG

<i>Biênio</i>	<i>Coordenador</i>	<i>Vice</i>	<i>Observação</i>
1977 - 1978	Gisélia Potengy		
1978 - 1979	César Barreira		César não terminou o mandato por ter se transferido a Fortaleza.
1980	Henrique Hugo Ratier		
1981	Elimar Nascimento		Eleito. Chapa única.
1982 - 1983	Charles Beylier	Rômulo Araujo Lima	Primeira gestão do Charles. Eleita, chapa única.
1984 - 1985	Charles Beylier	Saete Cavalcanti	Segunda gestão do Charles. Eleita, chapa única.
1987 - 1989	Saete Cavalcanti	Cristina Marin	Eleição. Chapa única. Saete foi escolhida, depois escolheu sua vice.
1990 - 1991	Norma Montalvo de Soler		
1992 - 1993	Ghislaine Duque		
1994 - 1995	Ghislaine Duque	Márcio Caniello	
1996 - 1998	Claudio Cavalcanti	Edgard Malagodi	Eleição. Chapa única. Edgard substituiu Cláudio, em abril de 1997.
1999 - 2000	Edgard Malagodi	Deolinda Ramalho	Eleição. Chapa única. Criação do PPGS (doutorado) e integração com João Pessoa.
1999	Coordenação geral: Ariosvaldo da Silva Diniz.		Transformação em PPGS. 2000, primeira turma do Doutorado.
2001 - 2002	Marilda Menezes	Rodrigo Grunewald	
2002 - 2003	Jacob Carlos Lima e Marcio Caniello	Lemuel Guerra e depois Magnólia Gibson	Eleição. Chapa única. O vice de Campina renunciou e foi substituído.
2004 - 2005	Ariosvaldo da S. Diniz (coordenador) com Lemuel Guerra, vice- coordenador e coordenador da base de Campina Grande.	Luis Henrique Cunha	Eleição. Chapa única. Tem mandato até setembro de 2005.

